

# O Fascínio da Economia

## por João Ferreira do Amaral



**8 de Fevereiro**

**A Economia Ética:**

**Bentham, Marx e Aristóteles**

**15 de Fevereiro**

**A Economia Positiva:**

**Microeconomia e Macroeconomia**

**22 de Fevereiro**

**A Economia Normativa (I):**

**Política Económica e Gestão**

**1 de Março**

**A Economia Normativa (II):**

**O Estado, a Propriedade e o Futuro da Economia**

É inegável o fascínio com que hoje são encarados os fenómenos económicos, bem traduzido no largo espaço a eles reservado nos grandes meios de comunicação. Tudo parece ser Economia, a todos ela parece condicionar. E, no entanto, tal fascínio coexiste – porventura de forma surpreendente – com uma generalizada iliteracia económica. Será que a Economia se impõe ao Homem ou será possível pô-la ao seu serviço? E o que se deve entender por serviço do Homem? Tudo é “económico”? Sabemos nós explicar por que razão há economias que prosperam e outras que estagnam? Porque é que certas empresas se desenvolvem e outras

vão à falência? Até que ponto sabemos prever crises económicas? E será que elas são inevitáveis? Que fazer para combater o desemprego? Quais serão as consequências económicas da aceleração da globalização? E do envelhecimento da população?

Com estas e muitas outras questões relativas à Economia, nos confrontamos a toda a hora, mesmo que disso não tenhamos consciência. Muitos sentem-se derrotados nesse confronto.

As conferências não têm a pretensão de dar uma resposta única e definitiva a todas estas questões. A sua intenção é outra: é a de fornecer, a quem não é economista, os meios de compreensão necessários para lhe permitir formular uma opinião mais fundamentada da real importância das questões, da medida em que a ciência económica as sabe resolver e dos motivos pelos quais, para alguns problemas, ela não encontra respostas satisfatórias.

**8 de Fevereiro**

**A Economia Ética:**

**Bentham, Marx e Aristóteles**

A Economia, enquanto ramo do conhecimento, abrange três planos: um *plano ético* de estudo e crítica das instituições económicas do ponto de vista dos valores; um *plano positivo* de explicação dos comportamentos relativos à produção e à distribuição de bens, seja ao nível dos agentes económicos individualmente considerados – a Microeconomia –, seja ao nível da economia no seu conjunto – a Macroeconomia; e um *plano normativo* de proposta de acções destinadas a atingir determinados objectivos a nível de uma organização ou da economia como um todo – respectivamente, a Gestão e a Política Económica.

Os planos, naturalmente, sobrepõem-se e não é possível distingui-los comple-

tamente em situações concretas. Mas é útil distingui-los a nível conceptual. É o que faremos abordando nesta primeira sessão o plano ético.

Na realidade do dia a dia, nem nos apercebemos que as instituições económicas (mercados, leis laborais, orçamentos do Estado, etc.) prosseguem a realização de certos valores de forma mais ou menos clara e coerente. Dada a complexidade das sociedades modernas, não vale a pena, porém, tentar encontrar uma coerência teórica total, que não pode existir, no funcionamento real dessas instituições. Mas é possível procurar as fontes da reflexão ética que inspiraram a criação e o modo de funcionamento do *regime económico*, entendido este como o conjunto de instituições que condicionam a economia.

Vamos abordar três dessas fontes, representadas, respectivamente pelos filósofos Bentham, Marx e Aristóteles.

Bentham (1748-1832) é o fundador do *utilitarismo*, doutrina ética que defende que as instituições sociais devem funcionar de modo a garantir a maior felicidade para o maior número de indivíduos, entendida a felicidade como a *utilidade*, por sua vez definida como a soma dos prazeres decorrentes das acções individuais subtraída da soma das dores que essas acções provocam. O utilitarismo é, assim um individualismo e um hedonismo, pois o que está em causa é a soma de prazeres individuais.

Os economistas da corrente dominante na II metade do século XIX adoptaram uma visão utilitarista da economia e criaram o *utilitarismo económico*, um dos pilares fundamentais da *escola neoclássica*, que ainda hoje inspira a chamada economia ortodoxa dos nossos dias e o neoliberalismo.

O utilitarismo económico postula que cada consumidor adquire os bens de que necessita de modo a maximizar a sua utili-

TERÇAS-FEIRAS 8, 15, 22 DE FEVEREIRO, 1 DE MARÇO DE 2011 · 18H30 · PEQUENO AUDITÓRIO

dade, dada a sua restrição orçamental, ou seja o dinheiro que dispõe para gastar.

Com este postulado e supondo uma economia em concorrência perfeita, os neoclássicos provam que existe um sistema de preços que equilibra a economia, no sentido em que equilibra a oferta e a procura de cada bem produzido e, ao mesmo tempo, permite a cada indivíduo maximizar a respectiva utilidade. Daí os economistas neoclássicos tirarem a conclusão que o mercado de concorrência perfeita é a "melhor" instituição para orientar o funcionamento da economia. A demonstração desta conclusão está longe de ser convincente, mas isso não impediu o utilitarismo económico de incentivar, ao longo de uma boa parte do século XX, o individualismo, o consumismo e o desprezo pelas gerações futuras. Um aspecto importante do utilitarismo económico é a da sua consideração do mercado de trabalho como se fora o mercado de uma outra mercadoria qualquer.

Marx (1818-1883) tinha uma visão radicalmente diferente da economia e, com a mordacidade habitual, dizia que Bentham considerava como natureza humana a do capitalista inglês do seu tempo.

Marx foi o grande crítico do capitalismo industrial nascente. Uma das bases fundamentais da sua crítica era ética. Marx afirmava que o capitalismo explorava os trabalhadores, que se vêem impedidos a oferecer a sua força de trabalho. Esta era considerada como uma mercadoria e o capitalismo obrigava o trabalhador a trabalhar mais tempo do que seria necessário para reproduzir o valor dessa mercadoria, portanto, da sua força de trabalho. Esse tempo excedentário gerava uma mais-valia que era apropriada pelos capitalistas – ou seja, os donos dos meios de produção – apesar de resultar do esforço dos trabalhadores. Para Marx a filosofia devia servir para transformar o mundo e, no que respeita à economia, apontava para que a classe trabalhadora, para repor a justiça, numa primeira fase, através da nacionalização dos meios de produção, realizasse a apropriação colectiva da mais valia.

Os regimes económicos e políticos que, no século XX mais se reclamaram de Marx, fracassaram. Mas aspectos impor-

tantes das concepções marxistas continuam de grande actualidade, como sejam a valorização do trabalho e a visão ética de que num regime económico verdadeiramente humano o trabalho, ao contrário do que defende o utilitarismo económico, não pode ser considerado como uma mercadoria.

As concepções éticas de Aristóteles (384-322 a.C.) têm inspirado diversos pensadores desde os que se reclamam da doutrina social da Igreja, passando pelos adeptos do Estado Social até ao prémio Nobel Amartya Sen.

Como eu próprio me reclamo dessas concepções vou de seguida dar a minha visão, que evidentemente, embora nele inspirada, não segue totalmente Aristóteles.

O regime económico deve criar as condições materiais para que cada indivíduo prossiga uma vida boa. Uma vida boa não é necessariamente uma vida feliz. O conceito de "bom" aqui é um conceito social, enquanto uma vida feliz refere-se a estados físicos ou psíquicos individuais. Há vidas felizes que não são boas e vidas boas que não são felizes.

Uma vida boa é a de um indivíduo que consegue realizar todas as suas potencialidades ao serviço dos valores essenciais da comunidade em que se integra.

Estamos, assim num plano contrário ao utilitarismo: o fundamental não é a felicidade individual mas a realização das potencialidades individuais ao serviço dos valores comunitários.

Um regime económico que se baseie nesta concepção regulará os mercados ao serviço dos valores comunitários essenciais, rejeitará a concepção do trabalho como mercadoria (e aí reencontra Marx), promoverá a igualdade de oportunidades, a protecção social, a produção de bens públicos e o respeito pelas gerações futuras e – *last but not the least* – respeitará a liberdade de cada um seguir o seu caminho desde que não ponha em causa os valores comunitários essenciais.

Não é difícil, olhando para os últimos sessenta e cinco anos e para os regimes económicos que se foram sucedendo encontrar as respectivas fontes de inspiração. Os regimes de tipo soviético – que na sua quase totalidade desapareceram nos

anos oitenta e noventa, reclamavam-se do marxismo – embora a respectiva prática, em aspectos essenciais, estivesse muito longe das concepções marxistas. Os regimes do Estado Social (*Welfare State*) predominantes nos países ocidentais até anos oitenta do século passado, inspiravam-se, do ponto de vista ético em Aristóteles e Marx. O neoliberalismo, dominante no mundo nos últimos trinta anos, inspira-se no utilitarismo económico, ele próprio uma caricatura do utilitarismo de Bentham.

Daí a desregulamentação dos mercados, o aprofundamento das desigualdades e da exclusão social, o consumismo desenfreado, o aumento do desemprego, a redução da protecção social, o desperdício e a instabilidade financeira e económica que têm caracterizado o funcionamento das economias desde que o neoliberalismo se tornou dominante.

Para muitos – no grupo dos quais me incluo – o neoliberalismo, apoiado no utilitarismo económico, é eticamente inaceitável. E não é uma inevitabilidade, ao contrário do que os meios a ele afectos querem fazer crer. Há alternativas. Por isso, é dever dos economistas que não se revêem no utilitarismo, não esquecer os aspectos éticos, que, hoje como no século XVIII, devem fazer parte das suas preocupações e trabalhar para que tão rapidamente quanto possível o neoliberalismo seja substituído antes que gere um retrocesso civilizacional irreversível.

João Ferreira do Amaral

João Ferreira do Amaral é Doutor em Economia, Professor catedrático aposentado do ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Autor dos livros *Curso Avançado de Análise Económica Multi-sectorial*, *Política Económica* e *Economia da Informação e do Conhecimento*.